

# “EM CASA, NA RUA, EM TODA A PARTE”:

ANARQUISTAS EM SÃO PAULO NOS ANOS 1890

Claudia Feierabend Baeta Leal<sup>1</sup>

*“(...) com a propaganda constante que fazemos, moralizamos os costumes, lançando as bases de uma sociedade que vai se estabelecendo desde já... a revolução fazemo-la em casa, na rua, e em toda a parte. Por isso, onde quer que haja um anarquista, logo se nota a sua presença.”<sup>2</sup>*

A década de 1890 deu grande visibilidade aos anarquistas na Europa – normalmente envolta nas fumaças das explosões pelas quais alguns deles foram responsáveis, na violência dos atentados e no medo da população que os testemunhava. A imprensa paulistana ocupou-se intensamente dos acontecimentos, condenando, de forma evidente, anarquistas e suas iniciativas. Os jornais procuraram mapear as movimentações dos anarquistas e as reações das polícias e governos de outros países, relatando as descobertas de conspirações, explosões, atentados contra figuras públicas em várias cidades européias<sup>3</sup>.

Até nos países vizinhos ao Brasil, agitações anarquistas foram detectadas pela imprensa paulista<sup>4</sup>, e temia-se inclusive que “esta raça de gente perigosa, verdadeiros homens-fera” migrassem para o Brasil<sup>5</sup>.

Em relação ao Brasil, porém, os jornais insistiram a princípio que tais manifestações, assim como as idéias anarquistas de forma geral, eram uma questão do Velho Mundo. Anarquismo e anarquistas eram vistos, então, nas cidades brasileiras e nas fazendas do interior do país, como um perigo distante e cuja presença em território nacional poderia ser evitada através de uma eficaz vigilância nos portos de entrada.

Nos primeiros anos da década de 1890, porém, havia comentários de que, nos países europeus, “onde só se [falava] de greves ou de manifestações de operários e desempregados, com as ameaças de dinamite e o espantinho do 1º de Maio”<sup>6</sup>, era uma estratégia geral conceder passaportes àqueles cuja presença não era desejada e que mostravam interesse em deixar o país. Havia inclusive suspeitas de que, mais do que facilitar o embarque dos anarquistas, o governo italiano incentivava sua partida: já em 1893 chegaram às autoridades brasileiras denúncias de que aquele governo fazia embarcar, “com destino ao Brasil, agregados às famílias no caráter de *primos*, a indivíduos a quem quer expulsar da Itália por serem anarquistas e socialistas conhecidos”<sup>7</sup>. O cônsul italiano, conde Edoardo Compans de Brichanteau, em correspondência com o Ministero degli Affari Esteri em 1894, chegou mesmo a afirmar que os indivíduos que compunham “o primeiro núcleo de anarquistas (...) no Brasil” eram italianos e, aparentemente, haviam sido enviados “pelo próprio Governo Régio após os dolorosos fatos do 1º de Maio em Roma”<sup>8</sup>.

Indícios de que anarquistas já haviam se instalado em território brasileiro e vinham realizando a propaganda de suas idéias tornavam-se mais freqüentes. O cônsul italiano Brichanteau remeteu a 1891 a organização de um núcleo anarquista no Brasil<sup>9</sup>; no ano seguinte, foi detectada no Rio de Janeiro movimentação de “indivíduos estrangeiros, foragidos da França, que procuravam estabelecer uma sociedade anarquista entre a classe dos operários”<sup>10</sup>; mais anarquistas, também estrangeiros, foram detidos em 1893 por fazerem “propaganda entre os operários de uma fábrica de tecidos” na então Capital Federal<sup>11</sup>. Simultaneamente, vinham à tona notícias da publicação de periódicos altamente suspeitos em São Paulo: em um dos jornais apreendidos aos anarquistas presos no Rio de Janeiro em 1892, havia uma nota sobre o “aparecimento de um jornal italiano no estado de São Paulo, denominado *Gli Schiavi Bianchi* [Os Escravos Brancos], que obteve vivo sucesso entre a numerosa colônia italiana daquele estado”<sup>12</sup>. Outra grande apreensão de material subversivo, desta vez em Buenos Aires, também apontou para a atividade de militantes anarquistas em São Paulo: em uma lista de jornais e folhetos apre-

endidos pela polícia argentina, mencionou-se o periódico anarquista *L'Asino Umano* [O Asno Humano], publicado em São Paulo<sup>13</sup>.

De fato, italianos tidos como anarquistas publicavam periódicos desde o começo dos anos 1890: a “folha incendiária” *Gli Schiavi Bianchi* foi fundada no primeiro semestre de 1892 e era, semanalmente, “de modo provocador”, enviada à Repartição Central de Polícia; em agosto de 1893, veio a lume *L'Asino Umano*, periódico humorístico que tinha sede no Centro Socialista Internacional<sup>14</sup>. Batendo-se contra a proibição de *L'Asino Umano* durante o longo estado de sítio de 1893, *La Bestia Umana* [A Besta Humana] surgiu em 1894, mas foi suspenso sem seguida. *L'Avvenire* [O Porvir] buscou, no fim de 1894, “inaugurar uma sociedade de livres e iguais, abatendo a autoridade e a propriedade”, em um momento em que a prisão de diversos italianos acusados de anarquistas já se prolongava por vários meses<sup>15</sup>. Em fevereiro de 1896, foi fundado o jornal intitulado *L'Operaio* [O Operário], que teve uma curtíssima duração – dois números apenas. Em 1897, vieram a lume *La Birichina* [A menina travessa] e, como resultado de esforços conjuntos de anarquistas e socialistas, *XX Settembre* [20 de Setembro] e *Ribattiamo il chiodo* [Rebatamos no prego]<sup>16</sup>. Em janeiro de 1898, surgia o jornal anarquista *Il Risveglio* [O Despertar], que manteve sua circulação até maio com uma periodicidade bastante regular – suas edições saíam “tutte le domeniche” [todos os domingos].

Os periódicos anarquistas têm sido as fontes mais importantes para os estudos sobre o movimento libertário em São Paulo<sup>17</sup>. Além de darem conta de várias das iniciativas desses militantes, também constituíram uma importante tribuna de discussão de suas idéias, assim como um espaço privilegiado para acompanhar as idéias divulgadas em suas colunas. No entanto, os anarquistas atuantes na cidade de São Paulo procuravam coordenar outras ações a suas iniciativas proselitistas mais conhecidas: para além de suas publicações, os anarquistas lograram fazer parte do cotidiano de moradores de algumas freguesias da cidade, a princípio não como elementos perigosos, porém como trabalhadores que organizavam reuniões, colavam cartazes, promoviam passeatas, discutiam acaloradamente, freqüentavam as casas de seus vizinhos e procuravam agir dentro da ordem e de maneira exemplar.

A notoriedade que por vezes alcançaram tinha, porém, seu preço. Seus jornais eram denunciados, perseguidos e mesmo empastelados por causa dos artigos que publicavam, das polêmicas que acendiam ou da determinação de alguma autoridade. As manifestações públicas foram muito freqüentemente reprimidas pela polícia, sendo também por vezes atacadas por cidadãos, pela imprensa e pela opinião pública. Vizinhos anarquistas, quando descobertos pela polícia, transformavam-se em notórios “dinamitistas” nos testemunhos daqueles que os haviam conhecido e com quem travaram amizade ou então

eram apontados como conhecidos distantes, diante de questionamentos policiais sobre a presença e atuação daqueles indivíduos subversivos na freguesia onde residiam.

O anarquismo e seus militantes, no entanto, podem deixar de ser vistos como meros assuntos de polícia, de correspondências diplomáticas, de decretos de deportação, para assumirem-se – tanto nas fontes policiais quanto pelas ruas da cidade, como quer mostrar este artigo – cada vez mais como agentes participantes do cotidiano da capital paulista, nem sempre sujeitos a ações repressivas, ainda que normalmente vigiados. Buscavam ocupar, com maior ou menor sucesso, novos espaços, incentivar mais ações e construir formas variadas de participação na vida dos trabalhadores, procurando tanto a afirmação prática dos princípios que defendiam quanto maior amplitude para a divulgação de suas idéias. Tencionavam que sua presença fosse notada, por meio de seu engajamento, de sua retidão, enfim, de seu exemplo, em “toda a parte” – mesmo que, com isso, fossem reprimidos, presos, caluniados, até deportados. Este artigo procura discutir exatamente essa construção dos espaços de atuação política dos anarquistas na cidade de São Paulo e sua interação com os demais agentes que buscavam convencer ou de quem tentavam escapar, focalizando num estudo de caso sobre o suposto rapto de uma menor por anarquistas em 1899.

## **Anarquistas em casa**

A comemoração do aniversário da morte dos mártires de Chicago, em 11 de novembro de 1899, constitui um caso interessante para analisar a construção do espaço de atuação dos militantes anarquistas, seja na sua experiência junto às autoridades, seja na ampliação dos círculos de divulgação de suas idéias, seja ainda no que diz respeito à sua interação com cidadãos e com o próprio espaço físico da cidade, tanto numa esfera privada quanto na pública. Abre também espaço para pensar nas reações dos agentes com quem os militantes interagiam, as formas de repressão e os espaços conquistados nesse processo, de forma a entender os anarquistas dentro do cotidiano em que viviam, que construía e compartilhavam com tantos outros sujeitos na São Paulo dos anos 1890.

No começo de dezembro de 1899, foi noticiado que diversos anarquistas haviam sido presos em São Paulo por colar cartazes no dia 11 de novembro daquele ano<sup>18</sup>. Naquela data, oito anarquistas haviam sido detidos no posto policial do Bom Retiro, acusados de promover desordens pelas ruas daquela freguesia, de pregar cartazes sediciosos pelas paredes e de fazer “reuniões secretas em que se têm discutido e deliberado meios de destruir propriedades

particulares e públicas e outros atentados de segurança individual dos cidadãos”<sup>19</sup>. O delegado responsável, Luiz Frederico Rangel de Freitas, deteve, então, os indivíduos que estavam distribuindo os cartazes em homenagem aos mártires de Chicago, o que indicaria sua filiação ao anarquismo.

O primeiro a ser preso carregava os cartazes que estavam sendo colados, e o sargento que o prendeu deve ter suposto que se configurava, assim, razão para prisão em flagrante. As justificativas apresentadas pelo terceiro delegado para a prisão dos anarquistas – “promoção de desordens”, “distribuição de cartazes sediciosos”, “organização de reuniões secretas” –, porém, só vão em parte ao encontro da ação tomada pelo sargento mencionado, já que incluíam iniciativas desenvolvidas com certa regularidade, como as tais reuniões ditas secretas, e não apenas aquelas em que teriam estado envolvidos naquele dia específico. Aparentemente, as motivações para as detenções nesse 11 de novembro não estavam tão ligadas assim às homenagens aos mártires de Chicago, e sim à intenção explicitada com certa regularidade pela polícia paulista nos anos de 1890 e mesmo nos seguintes de tê-los sob custódia, vigilância e, quando possível, bem longe de São Paulo e do território brasileiro.

Nos relatos dos anarquistas presos, coincidentes no todo e também na maioria dos detalhes, encontram-se alguns aspectos interessantes para entender a postura da polícia adiante daqueles elementos suspeitos. Nas palavras do militante Gigi Damiani, os eventos do dia 11 foram os seguintes:

(...) no dia onze do corrente, ele declarante e seu companheiro Emilio Bruschi foram ao Tenente Comandante do posto do Bom Retiro e pediram permissão para pregarem nas paredes das ruas cartazes de comemoração daquela data, não tendo o tenente dado ordem e nem proibido; [declarou] que não sendo os cartazes ofensivos a ninguém como se pode verificar, e achando-se todos assinados, e sendo permitido por lei a livre manifestação, saiu ele declarante e mais sete socialistas, (...) pelas ruas, pregando os ditos cartazes, quando apareceu o sargento do Bom Retiro e prendeu Colombo [Bertoni], que trazia os cartazes, apreendendo estes; que os companheiros então dirigiram-se ao posto policial do Bom Retiro para verificar se Colombo ficava preso; tendo o sargento comunicado à Polícia Central o fato, mais tarde compareceram o terceiro delegado e mais um delegado que mandaram recolhê-los todos presos.<sup>20</sup>

Vale atentar, por um lado, para as atitudes dos anarquistas, em que ressalta aparente obediência às exigências legais; por outro, para as estratégias das autoridades policiais contra os presos. No que diz respeito às tentativas de conformidade dos anarquistas às leis brasileiras, é importante notar as medidas tomadas por eles para que não recaísse sobre mais essa iniciativa

algum veto prévio ou punição posterior. Os cartazes, por exemplo, estavam assinados, obedecendo, assim, ao parágrafo 12 do artigo 72 da Constituição brasileira, o qual determinava que a manifestação do pensamento era livre em qualquer assunto, mas o anonimato não era permitido. Também se deve levar em consideração o fato de os manifestantes terem-se dirigido ao posto policial a fim de pedir permissão para colar os cartazes. Atendiam, assim, a uma determinação passada havia tempos de que boletins distribuídos ou afixados, que não fossem simples reclame ou propaganda de produtos e serviços, deveriam ser apresentados à chefatura de polícia, “para que dela sejam logo sabidos os intuítos de tais publicações”<sup>21</sup>.

No entanto, o resultado alcançado por essa iniciativa foi o oposto do almejado pelos anarquistas por causa da atitude ambígua da autoridade policial que os atendeu: ao afirmar que “não podia proibir nem consentir” a colagem dos cartazes, mesmo tendo-os sob os olhos e conhecendo “os intuítos de tais publicações”, o tenente comandante do posto do Bom Retiro de certa forma consentiu que eles o fizessem, ordenando, em seguida, que um sargento daquele mesmo posto apreendesse os cartazes<sup>22</sup>. É possível que se tratasse de uma estratégia utilizada para detê-los: caso simplesmente se proibisse a distribuição dos cartazes, não haveria base para sua prisão; liberando-os para fazerem o que julgassem mais apropriado, sem o consentimento, mas também sem o veto, abriu-se a oportunidade para flagrá-los em uma atividade considerada subversiva.

Vale mencionar ainda que os cartazes teriam servido de justificativa não apenas para a prisão de Colombo, em flagrante, pelas ruas do Bom Retiro, mas para a detenção de seus companheiros: somente depois de o terceiro delegado e seu acompanhante terem lido os cartazes é que determinaram que os demais anarquistas fossem recolhidos ao xadrez. Não foi possível recuperar o impresso, mas, a julgar pelos outros cartazes afixados e distribuídos nos últimos anos e que não necessariamente resultaram na detenção daqueles que os compuseram e espalharam pela cidade, é provável que o conteúdo do impresso não tivesse motivado a ação policial, servindo talvez, e apenas, para identificar a filiação política dos suspeitos.

Havia, no entanto, mais detalhes do caso, os quais viriam anexados ao inquérito aberto por ocasião da colagem de cartazes e que dariam um viés sensacionalista ao ocorrido: a pedido do terceiro delegado, foi anexado o inquérito “sobre o rapto da menor Gabriela”, ocorrido em agosto daquele ano. Segundo os depoimentos da mãe e do irmão da menor, Gabriela Margarida de Andrada Mesquita, de 17 anos, filha de Gabriela Frederica de Andrada Dias de Mesquita e de Teófilo Dias de Mesquita, já falecido, fugira da casa de sua mãe, localizada na rua Sólon, número 126, na freguesia do Bom Retiro, na

manhã de 19 de agosto na companhia do italiano Armando Fermani, ex-empregado da Companhia Lidgerwood e vizinho da família Mesquita<sup>23</sup>. O caso seria apenas mais um de tantos de menores seduzidas e conduzidas para longe da casa de seus pais, não fossem alguns elementos que a imprensa da época explorou ao máximo, os quais se podem notar logo na manchete da notícia que ocupou por diversos números a primeira página de *O Commercio de São Paulo*: “Caso Excepcional – Anarquistas em S. Paulo – Conspirações Descobertas. Rapto de uma moça de família – Queixa ao dr. Chefe de Polícia – Busca e Apreensão de máquinas infernais – Revelações”<sup>24</sup>.

Neste momento, vale propor uma breve digressão para poder analisar esse “Caso excepcional” a partir do processo de construção dos espaços de atuação política dos anarquistas, sem o viés sensacionalista que a imprensa paulistana buscou imprimir nele e a fim de entender a presença dos militantes no cotidiano dos trabalhadores e da cidade de São Paulo, assim como a vigilância a que foram então submetidos. Daí a necessidade de pensar, primeiramente, na presença pública dos anarquistas pelas ruas e espaços públicos da cidade.

## **Anarquistas nas ruas**

Manifestações de trabalhadores organizados não eram novidade em São Paulo e em vários centros urbanos brasileiros. Pelo menos desde 1891, o 1º de Maio era celebrado na Capital Federal e a capital paulista também testemunhou naquele ano os festejos promovidos pelo Centro do Partido Operário de São Paulo<sup>25</sup>. Em 1892, a imprensa deu conta de comemorações ocorridas naquelas duas cidades e também em Porto Alegre, onde, na “completa paz”, ouviram-se discursos em alemão, italiano e em português, atendendo as diversas nacionalidades dos trabalhadores. No Rio de Janeiro, até o presidente marechal Floriano Peixoto comparecera às festas comemorativas e, em São Paulo, os festejos novamente contaram com a organização daquele Centro Operário<sup>26</sup>.

O dia de 1º de Maio de 1893, por sua vez, a “data escolhida pelos socialistas para a celebração da festa do trabalho”, com cortejos por toda a capital paulista<sup>27</sup>, transcorreu “numa ordem e harmonia invejáveis”<sup>28</sup>. No entanto, durante a noite, explosões em dois pontos da cidade de São Paulo fizeram saltar não apenas parte dos edifícios, mas as autoridades e a opinião pública, no que a imprensa chamou de “a primeira manifestação material do anarquismo em São Paulo”<sup>29</sup>. A polícia paulistana, porém, não conseguiu identificar intenções ou envolvimento de anarquistas nas explosões, conforme foi indicado em inquérito aberto para apurar o incidente<sup>30</sup>.

Em 1894, a data de 18 de março, aniversário da Comuna de Paris, foi devidamente comemorada pelo Centro Socialista Internacional, como relatou *L'Asino Umano*<sup>31</sup>. Pouco depois, em abril, vários italianos foram presos por agentes de segurança, também conhecidos como secretas, e foram fotografados como anarquistas uns, socialistas outros, alguns até como gatunos após deixarem uma reunião daquele centro<sup>32</sup>. A presença dos agentes na reunião devia-se ao fato de que chegara ao conhecimento do chefe de polícia que, naquele local, “celebravam-se semanalmente conferências de indivíduos socialistas anarquistas” e que se estavam preparando “graves acontecimentos para o dia 1º de Maio”<sup>33</sup>. A presença de uma força de “oitocentos homens completamente armados” e do próprio chefe de polícia pelas ruas da cidade de São Paulo parece ter sido mais determinante para evitar maiores incidentes no 1º de Maio daquele ano do que a prisão dos italianos do Centro Socialista Internacional, o que não impediu sua detenção de durar por mais de dez meses<sup>34</sup>.

As datas comemorativas pareciam ter uma importância especial para a propaganda anarquista, constituindo-se, por vezes, em momentos extraordinários nos quais os militantes procuravam expor sua força e agrupar simpatizantes em torno de seu ideal, de sua bandeira. Florentino de Carvalho, pseudônimo do espanhol Primitivo Raymundo Soares, publicou em 1913, no jornal libertário *Germinal*, um artigo em que procurou dar conta do sentido da manifestação pública para os anarquistas. Para ele,

A manifestação pública, que para muitos representa um ajuntamento de barulhentos, é antes do que o livro, o panfleto e o jornal, o melhor meio de transformação da opinião pública, porque traz ao mesmo tempo a divulgação da idéia e a afirmação prática, embora relativa, do sentimento que a torna vivaz e respeitável. E nestas manifestações surgem, com freqüência, grandes movimentos de revolta que fazem tremer os dirigentes do regime burguês.<sup>35</sup>

Para além da ocupação do espaço público por trabalhadores e principalmente por anarquistas, o sentido que Florentino de Carvalho atribuiu à manifestação pública estava relacionado, por um lado, ao proselitismo característico dos militantes anarquistas: a presença na rua de companheiros e simpatizantes de um mesmo ideal contribuía não apenas para a “divulgação da idéia”, mas também para afirmação de sua força e adesão. Por outro lado, era um momento especial para mostrar as características louváveis dos militantes libertários: o apreço à ordem, ao respeito aos outros, a solidariedade, a fraternidade entre homens e mulheres, enfim, a “afirmação prática” das idéias e princípios anarquistas. Como também publicara anos antes outro periódico anarquista, era importante que se notasse a presença do anarquismo, por sua postura exem-

plar, “em casa, na rua, e em toda a parte”<sup>36</sup>. Postos na rua, portanto aos olhos de um maior número de pessoas, idéias e princípios anarquistas ganhavam não só em visibilidade fora dos círculos libertários, como assumiam a grande responsabilidade de servir como modelo a ser almejado e conquistado.

Em 1895, novas manifestações para a comemoração da Comuna de Paris foram preparadas: um cartaz assinado por “Os Anarquistas”, datado de 18 de março e redigido em português foi impresso e afixado em paredes e portas nos bairros da avenida Paulista, da Ponte Grande e pelos subúrbios da capital paulista, entre os dias 16 e 17 daquele mês<sup>37</sup>. A edição de *L'Avvenire*, que viera a luz exatamente naquele domingo, 17, reproduziu, em sua primeira página e em italiano, o manifesto que se tinha publicado em português naquele dia, apresentando a assinatura “Gli anarchici” [Os Anarquistas]<sup>38</sup>. Na noite do dia 17, “no Teatro S. José, ao terminar o segundo ato do *Rigoletto*, foram lançados das galerias para a platéia vários boletins de caráter anarquista”<sup>39</sup>.

Ainda que as celebrações tenham se resumido a essa distribuição dos boletins, sem a manifestação de nenhum intento ou ato violento, os comentários da imprensa foram alarmantes, e a reação da polícia, rápida. *O Estado de S. Paulo* apressou-se em publicar uma nota com a informação de que, pela capital, na noite do dia 16, haviam sido distribuídos boletins “onde se liam frases exaltando os anarquistas e convidando os mesmos a exterminarem os burgueses e os ricos”<sup>40</sup>. Segundo este mesmo diário, Bento Bueno, então chefe de polícia de São Paulo, tratou de tomar providências assim que soube do fato: enviou agentes de segurança aos bairros onde os boletins haviam sido distribuídos e mandou ainda que se vigiassem “casas suspeitas”<sup>41</sup>. Algumas prisões foram realizadas ainda naquela noite – pelo menos dois foram detidos “no momento em que afixavam nas paredes do hotel de S. Paulo os tais boletins”<sup>42</sup>. O jornal paulistano informou que eles traziam consigo mais de cem exemplares dos impressos. Todos os presos foram entregues ao terceiro delegado de polícia, Galeano Martins, que procedeu ao interrogatório:

Todos declararam ser anarquistas convencidos, adeptos das teorias de Ravachol e Caserio Santo [sic] – o assassino de Carnot.

Disseram mais que não haviam ainda imitado os seus atos por falta de oportunidade e que, antes de distribuir os boletins, sabiam que seriam presos, mas que nada temiam, porque não reconhecem as leis atuais, contra as quais trabalham convencidamente.

Entre eles houve um que, entusiasmado, declarou que não se importaria se lhe cortassem a cabeça, porque isso serviria de exemplo.<sup>43</sup>

A transcrição do interrogatório a que os presos foram submetidos não foi

encontrada e ficou-se apenas com os relatos dos jornais que noticiaram a ação policial naquele momento e uma brevíssima menção do chefe de polícia em seu relatório ao Secretário dos Negócios da Justiça; segundo essa autoridade, haviam confessado serem “propagandistas convencidos e ardentes do socialismo anarquista, solidários com todas as manifestações dessa crença” – daí serem “elementos perigosos à ordem pública”<sup>44</sup>. No que diz respeito à cobertura dessa imprensa, nota-se a coerência entre o tom alarmado das primeiras notas, quando se publicou que os boletins convidavam os anarquistas a “exterminarem os burgueses e os ricos”, e a alegada paráfrase das declarações dos presos, nas quais eles se teriam declarado adeptos das idéias de ninguém menos que Ravachol, responsável por diversos atentados a dinamite em Paris em 1892, e Sante Caserio, autor do atentado contra o presidente da França em junho de 1894. Excetuando a afirmação publicada pelo periódico paulistano, não havia outros indícios de que os presos ou companheiros simpatizantes do anarquismo tinham a intenção de imitar os atos dos anteriormente citados, com ou sem oportunidade.

A intenção dos militantes, expressa por meio da afixação de boletins nas paredes e portas das ruas de São Paulo, assim como da distribuição dos impressos no Teatro São José, seria uma tentativa de atingir uma quantidade grande de pessoas, de modo a afirmar e ampliar os espaços da propaganda, da mesma forma que mencionado no boletim:

Em vão a classe dominante, amedrontada, tenta parar, com a ferocidade da repressão, *o propagar da Idéia inovadora que penetra todos os lugares, do campo à oficina, da escola à prisão, e conquista todo dia novos apóstolos, no campo da ciência e da arte, assim como naquele do penoso trabalho manual.*<sup>45</sup>

Nesse mesmo sentido, é possível entender as datas comemorativas como um momento importante para a exposição dos princípios anarquistas, do proselitismo tão acentuado entre os militantes anarquistas. No caso específico da comemoração da Comuna em 1895, mais do que a afirmação do compartilhamento dos ideais entre um grupo de indivíduos simpatizantes de causas semelhantes – como se dera na celebração dessa data no ano anterior no Centro Socialista Internacional – buscavam-se “novos apóstolos”, procurou-se propagar a “Idéia inovadora” no maior número de lugares possível. Os militantes anarquistas buscavam encorajar determinadas iniciativas e determinar as melhores ações para a divulgação e afirmação do anarquismo, procurando inclusive delinear a função dos anarquistas, assim como situar sua atuação na sociedade.

No entanto, foi exatamente do “espírito de proselitismo” que a polícia paulista se aproveitou para perseguir os imigrantes que distribuía-  
m os folhe-

tos em comemoração ao vigésimo quarto aniversário da Comuna de Paris. Ainda que haja sugestões de que os responsáveis por *L'Avvenire* eram mantidos sob vigilância, foi no momento em que saíram às ruas de forma mais evidente – quando puderam ser presos em flagrante – que os agentes de segurança lançaram-se sobre eles<sup>46</sup>.

A presença dos anarquistas nas ruas – fosse fisicamente, fosse representados por cartazes ou publicações variadas – incomodava a polícia e era alvo de suas ações. No caso dos detidos em novembro de 1899, é provável que aquela prisão significasse uma boa oportunidade para ter os anarquistas do Bom Retiro sob os olhos da polícia, ainda mais por causa de eventos ocorridos exatamente naquela freguesia havia alguns meses, implicando os ali residentes e que envolviam as denúncias de apreensão de explosivos, rapto de uma menor e até mesmo roubo. As ações policiais contra eles nesses últimos anos do século XIX voltavam-se exatamente para esse controle e vigilância, com vistas a livrar os cidadãos de sua presença e buscando também, concomitantemente, obstar a divulgação de suas idéias.

No exemplar em que os redatores do jornal *L'Avvenire* transcreveram o boletim em comemoração à Comuna, eles dirigiram-se aos leitores, comunicando que a polícia havia declarado guerra ao jornal e que temiam ter de suspendê-lo<sup>47</sup>. No mesmo número, acusaram agentes dessa força de terem arrancado exemplares do jornal de alguns meninos que o vendiam, prendido dois jovens que carregavam *L'Avvenire* e ainda de terem detido um indivíduo que julgavam ser distribuidor do periódico, a fim de apreender os exemplares que ele porventura tivesse<sup>48</sup>.

Incomodava à polícia o exercício da propaganda anarquista – a qual, segundo um dos redatores de *L'Avvenire*, já havia alcançado grande sucesso, tendo sido levada aos “operários de todos os bairros da cidade (...) a vulgarização da Anarquia”<sup>49</sup> – e o incômodo era claramente explicitado, como se pode ler abaixo:

Em abril de 1894 tendo tido o meu ilustre antecessor, dr. Teodoro de Carvalho, conhecimento de que nesta capital havia um grupo de estrangeiros anarquistas, constituído em grêmio de propaganda subversiva e vendo o perigo dessa propaganda, manifestado na lembrança de destruição, por bombas de dinamite lançadas em dois palacetes desta cidade, em 1<sup>o</sup> de maio daquele ano<sup>50</sup>, feito que alarmou profundamente a população e mereceu da imprensa a mais formal condenação; o dr. Teodoro fez prender a dez dos mais salientes sectários daquela propaganda, os quais tendo tido ordem de deportação foram remetidos para a Capital Federal, onde permaneceram presos até 1<sup>o</sup> de dezembro do mesmo ano.

Postos em liberdade em virtude do aviso do Ministério da Justiça daquela data, alguns deles voltaram a esse estado e, a despeito de terem prometido viver vida ordeira, aqui se constituíram em novo grêmio de propagandistas, fundando jornais e publicações perigosas para a ordem pública e realizando reuniões secretas de intuítos francamente anarquistas.

Ao assumir esta chefia tive ciência desses fatos. Por isso determinei que se buscassem as necessárias providências, seguindo-se todos os passos dos secretários, até que pudessem eles ser presos em flagrante, de modo a justificarem as medidas especiais que a respeito tivesse de tomar o poder público.<sup>51</sup>

Nota-se bem como os eventos dos anos anteriores estavam vivos na memória daquela autoridade, os quais continuavam servindo como justificativa para as ações repressivas tomadas pela chefatura de polícia. As preocupações também variaram pouco: Bento Bueno alegou ter recebido informações de que se preparavam manifestações para o 1º de Maio, semelhantemente às denúncias do ano anterior, e a chefatura preparou medidas apropriadas para aquela data.

A correspondência entre a ação realizada pelos militantes anarquistas e a punição legal, no entanto, nem sempre foi salientada ou detalhadamente explicitada. Raramente houve referência aos “manejos anarquistas” ou ao flagrante em que os indivíduos estivessem envolvidos para serem conduzidos à presença de alguma autoridade policial e, em seguida, para a Cadeia Pública da capital. Não se trata, no momento, de discutir a jurisprudência ou as instâncias legais acionadas, mas a simples explicitação das justificativas das prisões. Pesava contra tais indivíduos, é certo, a mera taxação de anarquistas, explicitada ou não através da denúncia da realização da propaganda ou do envolvimento com órgãos e indivíduos proselitistas. Daí a afirmação dos redatores de *L'Avvenire* que teria bastado à polícia, para jogar vários imigrantes “nos cárceres da Luz”, o fato de terem “afixado manifestos em comemoração à Comuna” ou de “pertencerem à redação de *L'Avvenire*”<sup>52</sup>. Daí também o recurso da prisão em flagrante anunciado pelo chefe de polícia, necessário principalmente para que o poder público pudesse tomar “medidas especiais” contra os anarquistas – leia-se: para que houvesse alguma base legal para sua expulsão.

Em 1896, a presença de quatro “socialistas e anarquistas” é destaque na “Estatística da Seção Fotográfica” daquele ano<sup>53</sup>. Ainda que não houvesse referência a que os suspeitos estivessem fazendo ao serem presos, a data de sua prisão remete imediatamente às comemorações de mais um aniversário da Comuna de Paris, mesmo sem menções a distribuições de folhetos e cartazes, reuniões ou festejos. Não havia então um jornal que desse conta das atividades dos anarquistas em São Paulo por causa da suspensão de *L'Avvenire* em agosto

do ano anterior e da curta duração de *L'Operaio*, com dois números em fevereiro apenas; tampouco os documentos policiais foram mais explícitos sobre as razões que motivaram as prisões daqueles indivíduos. É possível, porém, que se estivessem antecipando as iniciativas que já haviam se repetido nos anos anteriores, como a distribuição de panfletos ou a colagem de cartazes. Também poderia estar sendo acionada a vigilância constante que havia na cidade de São Paulo, realizada por indivíduos que atuavam secretamente e à paisana, e cuja principal ocupação era a prevenção de delitos: os agentes de segurança ou secretas, a quem cabiam medidas profiláticas no tratamento de indivíduos subversivos, medidas essas que, em certos momentos, seriam privilegiadas pelas autoridades<sup>54</sup>.

Em 1897, porém, as manifestações foram menos repreendidas: um cartaz escrito em português e em italiano e datado de 15 de setembro convidava “cidadãos” e “cittadini” a comemorar a data da unificação italiana, festejada em 20 de setembro, como marca da “parcial derrota do papado”<sup>55</sup>. O comício no Teatro Polytheama antecipava-se aos festejos oficiais promovidos pela colônia e autoridades italianas, e contou com vários militantes e oradores que ocuparam a tribuna do teatro<sup>56</sup>. Os assinantes de *La Birichina* receberam, no dia seguinte, o número único do *XX Settembre*, em que se criticavam os festejos propostos pelas autoridades italianas em São Paulo<sup>57</sup>.

O resultado da atuação dos militantes não se fez sentir mais fortemente, então, através da prisão de italianos, anarquistas ou socialistas, mas por meio da reestruturação do grupo anarquista, marcada pela publicação de um novo jornal logo em seguida, com o sugestivo título de *Il Risveglio* [O Despertar], ajudando em muito o movimento, que não contava com uma folha periódica regular desde a suspensão de *L'Avvenire*. A publicação de *Il Risveglio*, no entanto, não limitou a atuação anarquista à circulação de seus exemplares; antes, os libertários procuraram cristalizar seu espaço nas ruas, pelo qual se vinham batendo nos últimos anos.

Desde o princípio de março de 1898, *Il Risveglio* já vinha antecipando os festejos do 1º de Maio<sup>58</sup>. Na própria data, os anarquistas trouxeram a lume um suplemento a *Il Risveglio*, intitulado “Il Primo Maggio” [O Primeiro de Maio]<sup>59</sup>. Anarquistas e socialistas agindo em conjunto nos festejos tiveram grande audiência e repercussão tanto no comício no Teatro Polytheama como na festa de gala que se deu à noite, no Teatro Apollo<sup>60</sup>. Cerca de duas mil pessoas estiveram presentes ao comício, onde também foram distribuídos manifestos do grupo Germinal, de Ribeirão Preto, poesias e programas do Partido Socialista Internacional<sup>61</sup>. Não houve, porém relatos de prisões ou intervenções policiais nos festejos ocorridos – talvez porque tivessem sido realizados em locais fechados.

Meses mais tarde, porém, por ocasião do aniversário da Unificação Italiana, as manifestações ocuparam espaços mais públicos da cidade, motivaram reações mais violentas de seus opositores e tiveram uma interferência maior da polícia, que prendeu sete “anárquicos” de nacionalidade italiana<sup>62</sup>. Os periódicos *Correio Paulistano* e *A Noite* relataram que, na véspera das comemorações patrocinadas pela colônia italiana, haviam sido presos alguns indivíduos que “riscavam com piche os cartazes mandados fixar em diversas paredes, pela colônia italiana, convidando as pessoas desta nacionalidade para festejarem o dia XX de Setembro”. Além de uma lata de piche e pincel, os indivíduos carregariam também pedaços de zinco com modelos de caveira com a inscrição “Morte!” e diversos cartazes nos quais se lia: “Operários, uni-vos para conquistar a Igualdade com o Socialismo e a Liberdade com a Anarquia”<sup>63</sup>.

A ocorrência mais importante e dramática, porém, estaria ainda por acontecer:

Os anarquistas – que recordavam os massacres de Milão e as condecorações entregues por Umberto I aos assassinos do povo – acharam oportuno organizar uma contramanifestação. Com tal propósito, na manhã do dia 20, foram distribuídos manifestos vibrantes, um dos quais terminava exatamente assim: “Abaixo os carrascos do povo faminto!” (...)

Por volta das duas da tarde, o cortejo patriótico partiu do largo do Jardim, passou pelas ruas Florêncio de Abreu, S. Bento, Direita, Viaduto [do Chá], Barão de Itapetininga. Reunida em frente ao escritório consular, a coluna parou. Houve “vivas” e “abaixos”, porém sem incidentes. (...) O cortejo se pôs novamente em marcha pela rua Barão de Itapetininga, precedido por uma banda de música e por bandeiras, mas quando alcançou a praça da República, deu-se o conflito. Os savoiardos davam “vivas” ao seu rei e os anarquistas gritavam “morte aos carneiros!” No calor da hora, ninguém se entendia. Compreendeu-se do que tratava quando se ouviu o grito de “morte aos anarquistas!”, seguido de vários tiros de revólver.

Os anarquistas, vendo a situação adversa por causa da superioridade numérica [dos adversários], debandaram. [Polinice] Mattei foi seguido pela turba embriagada de sangue que, ao alcançá-lo, atirou-se contra ele em iras e fúrias bestiais, com chicotadas e murros, deixando-o então agonizante por terra. Nosso companheiro morria no dia seguinte na Santa Casa, deixando uma companheira e três filhos.<sup>64</sup>

No enterro de Polinice Mattei, que foi chamado mais tarde de “a primeira vítima da questão social no Brasil” e “o primeiro anarquista que pagou com seu próprio sangue o amor pela causa no Brasil”<sup>65</sup>, novas manifestações

públicas se deram, ainda que sob a vigilância policial. Impedidos de realizar o sepultamento do companheiro, “socialistas e anarquistas foram, entretanto, em romaria ao cemitério, levando flores, e, reclamando o cadáver, finda a autópsia, acompanharam o desditoso companheiro à sepultura, falando então diversos oradores”<sup>66</sup>. Foram, durante o percurso – desde o largo São Francisco até o cemitério do Araçá – acompanhados pela polícia, que também procurou impedir que oradores se manifestassem. Os protestos dos presentes obstaram os trabalhos policiais, e as exéquias ao anarquista morto prosseguiram<sup>67</sup>.

O ano de 1899, por sua vez, iniciou com grande barulho por parte de anarquistas e socialistas<sup>68</sup>. Logo no começo de janeiro, deu-se o “primeiro comício em praça pública de socialistas e anarquistas”, que, apesar da chuva, do veto da polícia e da ação da cavalaria, teve um grande sucesso<sup>69</sup>. Cerca de mil pessoas teriam ocuparam a praça da República e assistiram a ataques verbais às instituições policiais por aproximadamente uma hora e meia, quando foi interrompido pela cavalaria. Segundo *Il Risveglio*, vários manifestantes teriam conseguido escapar em um bonde, do qual entoaram o “Inno dei Lavoratori” [Hino dos Trabalhadores], enquanto alguns indivíduos foram presos no local do comício<sup>70</sup>.

Por ocasião do 1º de Maio de 1899, as manifestações dos anarquistas aproveitaram a data para reagir contra a violência que seu jornal sofrera: *Il Risveglio* fora empastelado<sup>71</sup>. O fato teria exaltado os ânimos e os militantes assumiram uma postura se não mais combativa, ao menos mais barulhenta nas homenagens que se davam então ao embaixador da Itália, conde Antonelli, que chegara a São Paulo havia poucos dias<sup>72</sup>. Representantes de diversos grupos de trabalhadores, reunidos para comemorar o Dia do Trabalho no Largo da Luz<sup>73</sup>, encontraram-se com o cortejo de homenagem ao embaixador. Os primeiros, então, expressaram seu protesto através de assobios, vaias, gritos de escárnio e até ameaças de morte à autoridade diplomática, a que a polícia reagiu: dispersaram-se os manifestantes, sem que nenhuma prisão fosse realizada, mas apreenderam a bandeira anarquista, nas cores vermelha e preta, empunhada por membros do Circolo Angiolillo, cujas reuniões eram anunciadas nas páginas de *Il Risveglio*<sup>74</sup>.

Mesmo com o golpe dado contra aquele periódico, cuja circulação foi suspensa definitivamente, os anarquistas procuraram manter suas atividades. A data da Unificação Italiana, com os festejos oficiais de costume<sup>75</sup>, contou novamente com a presença de anarquistas e socialistas nas ruas, porém, desta vez, imprimindo um sentido distinto ao dia: tornaram-no uma homenagem a Polinice Mattei.

Os socialistas e anarquistas de S. Paulo hoje, às 2 horas da tarde, em número superior a 500, reuniram-se no largo de S. Francisco e se dirigiram ao cemi-

tério do Araçá, em romaria ao túmulo do anarquista Polinice Mattei, ferido no dia 20 de setembro de 1898 por um tiro partido da manifestação patriótica, e falecido no hospital de Misericórdia no mesmo mês.

Os socialistas e anarquistas levaram à frente do préstito uma coroa de louros e carvalho, com fitas vermelhas e pretas nas quais se lia – *A Polinice Mattei – I Socialisti Anarchici*.

(...)

Todos os oradores afirmando solenemente as suas convicções e as reivindicações que pretendem, em prol da humanidade, saudaram em Polinice Mattei o primeiro mártir do Ideal no Brasil.

Depois, na mais perfeita ordem, dissolveu-se o préstito, à entrada do Cemitério, retirando-se todos para as suas respectivas residências.<sup>76</sup>

Mesmo com a vigilância intensa da polícia, com sua “ridícula ostentação de força”, “os galopes desenfreados dos cavalos”, “os delegados todos a cavalo percorrendo a cidade”, não houve conflitos entre manifestantes e policiais<sup>77</sup>. Procurou-se inclusive sublinhar a manutenção da ordem promovida por anarquistas e socialistas – ordem esta que as autoridades “não puderam perturbar” –, de forma a comparar as duas manifestações que se haviam dado simultaneamente e frisar o caráter ameaçador daquela promovida pelos patriotas italianos. O sucesso atribuído à manifestação de anarquistas e socialistas serviu inclusive para a sugestão de que a data de 20 de setembro assumiria outro sentido, sem o cunho patriótico e em homenagem a Polinice Mattei.

É interessante pensar no tom que se procurou dar às manifestações dos anarquistas naquela data, dado que elas se deram pouco menos de um mês depois da grande publicidade que aqueles militantes receberam por causa do suposto rapto da menor Gabriela. A ordem, a convicção, a solidariedade entre grupos políticos diversos, a numerosa participação no préstito, tudo ia de encontro às suspeitas terríveis que a imprensa paulistana e a polícia procuraram fazer recair sobre os anarquistas. Tratava-se da campanha a que alguns militantes mais conhecidos se lançaram mesmo durante a repercussão do incidente, a fim de esclarecer o ocorrido e retirar qualquer má impressão que ainda restasse sobre a conduta dos anarquistas.

## **Anarquistas em toda a parte**

Anteontem, pela hora 1 da tarde, apresentou-se no gabinete do dr. chefe de polícia, na Repartição Central, a sra. Gabriela de Andrada Mesquita, residente à rua Sólon, n. 126, no Bom Retiro, e, possuída de visível excitação nervosa, comunicou ao dr. Almeida e Silva que sua filha, Gabriela, de 17 anos de

idade, fora raptada sábado passado pelo italiano Armando de tal, anarquista perigoso e terrível, muito conhecido em S. Paulo, e em companhia dele fugiu desta capital.

(...)

Disse d. Gabriela que absolutamente não atribui o rapto de sua filha a causas amorosas, pois não acredita que ela, moça inteligente e de educação, se apaixonasse por Armando – um maltrapilho que tira seu sustento dos ganhos do serviço de lavar casas e de outros semelhantes.

Atribui – declarou d. Gabriela – a planos concebidos pelo sr. Benjamim Mota, moço muito conhecido nesta capital e que, de combinação com outros anarquistas de S. Paulo, pretende fazer de sua filha meio instrumento para a realização de suas idéias.

Continuando as suas revelações, disse d. Gabriela que se dão reuniões de anarquistas na casa n. 114 da rua Sólon e na antiga venda do Renato, no Bom Retiro, e que essas reuniões são presididas pelo sr. Benjamim Mota.

Disse ainda d. Gabriela que, convencida por esse moço, sua filha também frequentava as reuniões e recebia jornais anarquistas que o mesmo lhe mandava e ainda que, dentre os planos engendrados naquelas reuniões, sabe que existe o da destruição de cinco casas desta capital, por meio de dinamite, isto para comemorar o aniversário da morte do anarquista Angiolillo.<sup>78</sup>

O jornal paulistano deu grande importância e repercussão nos dias que se seguiram ao que chamou de “fato de excepcional gravidade”<sup>79</sup>. O viés sensacionalista assumido pelo noticiário sobre o desaparecimento da garota Gabriela deveu-se largamente à acusação de envolvimento de anarquistas, ao possível recrutamento de militantes para as fileiras libertárias juntos aos filhos de famílias “respeitáveis” e às denúncias de planos de atentados com dinamite na capital paulista.

Além de Benjamim Mota e do próprio “Armando de tal” – cujo sobrenome era Fermani –, dona Gabriela também acusou como anarquistas e como responsáveis pelo desaparecimento de sua filha seu vizinho Giacomo Mancini e sua esposa, Basilda, moradores da rua Sólon, 114, com quem residia o suposto raptor; Padalossi, Tesserini, Gigi Damiani, que aí também moravam; e José Sarmiento, dono da Chapelaria Libertária, na rua General Câmara, n. 101, em Santos<sup>80</sup>. No que diz respeito à acusação de anarquistas, a vinculação destes últimos ao movimento era conhecida: Tesserini e Damiani haviam tomado parte de inúmeras atividades anarquistas, assim como José Sarmiento<sup>81</sup>. Por outro lado, a participação de todos no desaparecimento da menor teria sido vital e, de acordo a mãe da desaparecida, de ordem prática: Damiani e Mancini, por exemplo, ao saberem do desaparecimento, teriam pedido que dona Gabriela

esperasse até segunda-feira para dar parte à polícia, prometendo achar uma solução “sem escândalos” para o caso. No entanto, na madrugada do dia seguinte, todos os moradores da casa de n. 114 – Giacomo, Basilda, seus filhos, Tesserini, Padalossi e Damiani – fugiram, o que levou dona Gabriela a supor que eram cúmplices do delito, tendo facilitado a fuga da menor.

A responsabilidade dos acusados, no entanto, não se limitara ao ocultamento do fato: a menina Gabriela, Guesinha, como era chamada em família, teria sido seduzida não com promessas amorosas, mas com “assuntos sociais”, que teriam “grande influência sobre sua imaginação naturalmente exaltada pelos sofrimentos devido à pobreza e orfandade”<sup>82</sup>. Além da fuga, dona Gabriela tinha como evidência do envolvimento da menor com os propósitos anarquistas uma carta recebida na manhã da terça-feira, expedida no dia anterior do Rio de Janeiro, em que Guesinha pedia-lhe perdão por ter partido de casa sem avisar, o que fizera “para o bem dela e da humanidade”<sup>83</sup>. Segundo a mãe, Armando Fermani teria convencido a menor a participar das reuniões promovidas pelos anarquistas e ainda fornecera-lhe jornais libertários. Gigi Damiani, por sua vez, também teria contribuído com tal doutrinação: sendo “um homem simpático e de muito talento e achando-se na vizinhança, tinha muitas vezes ocasião de conversar com a menor raptada sobre assuntos sociais”<sup>84</sup>.

Contra Benjamim Mota, dona Gabriela afirmou que não podia fazer nenhuma acusação de cunho material, mas o considerava “moralmente responsável pela fuga de sua filha e dos prejuízos subseqüentes”<sup>85</sup>:

A declarante responsabiliza por estes fatos como instrumento ao italiano Armando Fermani e como responsáveis Gigi Damiani, Giacomo Mancini e sua mulher, Padalossi e Tesserini, todos moradores à rua Sólon cento e quatorze, tendo a maior responsabilidade nestas infâmias o senhor Benjamim Mota, ex-redator do jornal *A Noite*, onde sustentava com sua assinatura que a propriedade é um roubo, a honra um crime e a virgindade não passa de uma membrana rota etc., e sendo considerado pelos anarquistas como *non-plus-ultra* da ciência, o salvador da humanidade.<sup>86</sup>

Benjamim Mota já era, de fato, um anarquista notório. Seu envolvimento com idéias e manifestações anarquistas não podia efetivamente ser negado, nem seu empenho na divulgação dos princípios libertários. Colaborara com diversos jornais anarquistas e, em 1896, publicou “um dos primeiro livros de autor brasileiro sobre o pensamento anarquista, *Rebeldias*”<sup>87</sup>.

Em suas declarações, dona Gabriela fez referência direta a artigos publicados no cotidiano *A Noite* e assinados por Benjamim Mota, em alguns dos quais fazia, inclusive, propaganda de princípios libertários. Dissertando

sobre assuntos diversos, de religião a arte, de militarismo a pecuária, quase sempre em polêmica com outros colaboradores do jornal, Mota abria espaço naquele periódico não particularmente simpático aos anarquistas para a discussão e divulgação de algumas de suas idéias<sup>88</sup>. A *Noite* publicou também o artigo assinado por Mota intitulado “Drama do Adultério”, em que comentava o assassinato de uma mulher adúltera e de seu amante pelo marido traído, ocorrido na Quinta da Boa Vista, no Rio de Janeiro<sup>89</sup>. Fortemente influenciado pela obra *L'Amour libre* [O amor livre], “do companheiro Charles Albert”, foi este o artigo que tão grande sensação causou em dona Gabriela, como se leu em seu depoimento, por causa da crítica de Mota ao que chamou de “a honra um crime” e descrição da virgindade como um fator sem importância – “uma membrana inútil”, nos termos do autor.

Diante das acusações que lhe foram dirigidas, Mota negou qualquer participação no rapto de Guesinha e afirmou não presidir as reuniões referidas pela mãe da menor fugitiva, afirmando ser “absolutamente estranho a elas” e até questionando sua existência<sup>90</sup>. No que diz respeito a suas relações com os anarquistas acusados de cúmplices no rapto, declarou efetivamente conhecer alguns e ter-se encontrado com eles algumas poucas vezes; procurou sublinhar que muitos dos contatos que tivera com aqueles indivíduos fora no mister de sua profissão de advogado, ora aconselhando-os e a seus amigos, ora fazendo-lhes favores. No entanto, por causa do “procedimento desses que se diziam anarquistas” envolvidos no rapto de Guesinha, afirmou que os considerava “delinqüentes vulgares” e não militantes que compartilhavam de suas idéias filosóficas.

Por outro lado, lançou contra a própria dona Gabriela várias acusações: de acordo com Mota, havia na casa desta “toda sorte de livros, folhetos e jornais anarquistas, bem como retratos de anarquistas célebres”, cuja propriedade poderia ser comprovada “pela dedicatória que alguns têm”<sup>91</sup>. Observou também que a mãe da menor esperara de sábado até terça-feira para dar queixa à polícia sobre o desaparecimento de sua filha a fim de “não comprometer seus companheiros” anarquistas<sup>92</sup>.

Dessa maneira, voltando contra a acusadora as acusações feitas, Benjamim Mota localizou na rua Sólon, n. 126, um centro de encontro de anarquistas que não girava em torno dele, mas sim de dona Gabriela. A informação de Mota encontrou certo respaldo nas declarações do filho de dona Gabriela, Teófilo Dias de Andrada Mesquita, de 11 anos de idade, o qual, em seu depoimento, afirmou que “a casa de sua mãe estes últimos tempos tem sido freqüentada por diversos indivíduos que conversavam sobre anarquismo entre si, sendo estes Padalossi, Tesserini, Giacomo Mancini, Gigi Damiani, J. Sarmiento e Benjamim Mota”<sup>93</sup>.

No n. 114 ou 126, pelas ruas da freguesia ou na “antiga venda do Renato”, importam aqui as reuniões que aconteciam entre anarquistas no Bom Retiro, o que, por um lado, era notado pela vizinhança; por outro, certamente despertou o interesse da polícia, talvez menos pelo desaparecimento da menor e mais pelo significado que atribuíam a tais reuniões, sempre as vinculando a complôs, planos de atentados e atos de violência. São certamente essas reuniões que, meses depois, serviriam como justificativa para a prisão dos anarquistas que afixavam cartazes em homenagem aos mártires de Chicago.

Vizinhos chamados a depor confirmaram que a casa de dona Gabriela era freqüentada com familiaridade pelos moradores da casa de n. 114, identificados como adeptos do anarquismo<sup>94</sup>. Alguns até afirmaram o envolvimento direto da menor Gabriela com as iniciativas dos anarquistas, como na ocasião em que o fundidor Alfredo Perlli, morador da casa 128 da rua Sólon, encontrou Guesinha preparando, em sua própria residência, “grude para os italianos nessa noite pregar[em] nas paredes da cidade um manifesto anarquista”<sup>95</sup>. Ainda que ressalte em tais depoimentos um esforço de distanciamento em relação a tais indivíduos, sua presença era notada e suas atividades, reconhecidas como filiadas ao anarquismo: as testemunhas, ao entrar na casa de Giacomo Mancini depois de esta ter sido arrombada pelas autoridades policiais, puderam observar a presença de “jornais que faziam a propaganda anárquica” e os retratos de anarquistas célebres.

No entanto, a sedução e rapto de uma menor não eram, de forma alguma, iniciativas que valorizassem as ações anarquistas aos olhos de seus vizinhos, fosse com fins libidinosos ou com objetivos mais sinistros, como aquele divulgado por *O Commercio de São Paulo*, de acordo com informações obtidas junto à polícia: nas reuniões de anarquistas na casa n. 114 da rua Sólon, ficara decidido que uma mulher iria a Paris destruir a dinamite “os mais ricos pavilhões da futura Exposição Universal”. Por sorteio, teria sido estipulado que à menor Gabriela caberia “o encargo da perigosa e arriscada tarefa”<sup>96</sup>. Também não enobrecia a causa libertária o fato relatado por dois declarantes moradores da rua Sólon o fato de a polícia ter apreendido “um estopim próprio para fazer explodir dinamite”, o que foi imediatamente noticiado pelo periódico que então se ocupava de alardear o complô anarquista<sup>97</sup>.

Daí os esforços de Benjamim Mota e de outro anarquista ativo na capital paulista, Luigi Giusti, em não apenas esclarecer os fatos, mas também inocentar os anarquistas das acusações de roubo e rapto. Mota procurou, por meio do mesmo *O Commercio de São Paulo*, precisar que, em suas declarações, chamara de “delinqüentes regulares” os raptos da menor Gabriela, e não “todos os anarquistas de São Paulo”; antes reconhecia que havia “em S. Paulo centenas de homens que, professando as idéias anarquistas, são incapazes

de uma má ação”<sup>98</sup>. Também é muito provável ter sido ele o responsável pelo relato das manifestações anarquistas de 20 de setembro, transcrito anteriormente e publicado pelo jornal *A Noite*, o qual contava com a colaboração assídua de Mota.

Luigi Giusti, cuja série de artigos foi publicado na “Seção Livre” de *A Noite*, procurou, a seu turno, retomar as acusações feitas por dona Gabriela e refutá-las todas. Primeiramente, negou qualquer veracidade nas “iniciativas terroristas” que aquela havia atribuído aos anarquistas, ironizando a denúncia de planos para “fazer saltar pelos ares cinco dos principais estabelecimentos de S. Paulo”, entre os quais justamente a casa do delegado encarregado das investigações, Rangel de Freitas<sup>99</sup>. Também afirmou serem falsas as alegações de que houvesse uma conspiração para furtar suas jóias e móveis. Antes, relatou que seus pertences haviam sido transferidos para a casa de Giacomo Mancini para evitar a penhora dos objetos e que a menor Gabriela havia removido os objetos de valor, já com a intenção – manifestada poucos dias antes – de ausentar-se da casa materna<sup>100</sup>.

Giusti não procurou, entretanto, de forma alguma, negar o envolvimento dos indivíduos mencionados no inquérito com o anarquismo, antes atestando seu comportamento, elogiando seu comprometimento com o ideal e sublinhando o caráter pacífico, ordeiro e louvável do movimento anarquista. Na descrição das manifestações para o aniversário da morte de Angiolillo, por exemplo, data apontada por dona Gabriela como a prevista para a explosão dos cinco edifícios, Giusti afirmou que o dia havia passado calmo, “havendo unicamente uma conferência, numa venda pública do Bom Retiro, falando por essa ocasião o signatário destas linhas, sobre a organização do nosso partido e o companheiro prof. Bartolamazzi, comemorando os mártires do nosso fulgido e filosófico ideal”. Também explicou a decisão – apoiada por Giusti – de não se procurar a polícia quando do desaparecimento da menor Gabriela: não era coerente com as idéias anarquistas “recorrer à polícia, sem fazer o papel vergonhoso de secreta”<sup>101</sup>. Na argumentação de Giusti, pesava a ênfase de que presença do anarquista deveria ser notada como um modelo, não podendo ser corrompida com acusações de rapto ou de delação. Daí a necessidade de desconstruir a imagem do militante anarquista que tinha sido reforçada nas últimas semanas por conta das acusações de dona Gabriela, do noticiário de *O Commercio de São Paulo* e das investigações policiais.

Ainda que não seja possível identificar o impacto das declarações de Giusti sobre a opinião pública, sobre os vizinhos, colegas de trabalho e companheiros dos anarquistas atuantes no Bom Retiro e em São Paulo, sabe-se, no entanto, que a campanha posta em prática por ele e por Mota no sentido de

desvincular este último, os moradores da rua Sólon, e José Sarmento do desaparecimento da menor Gabriela surtiu pouco efeito junto à polícia. Giusti acabou até mesmo sendo implicado no incidente e foi chamado a depor perante o terceiro subdelegado de polícia de Santa Efigênia, Alfredo Ramalho Bellegarde, que era a autoridade responsável pelo caso, por causa da primeira parte da série de artigos que escreveu para *A Noite*<sup>102</sup>. Já os moradores da casa n. 114 da rua Sólon foram declarados anarquistas e efetivamente considerados responsáveis pelo desaparecimento da menor e pelo roubo dos bens da queixosa. Também recaiu sobre Benjamim Mota e José Sarmento a responsabilidade pela fuga de Guesinha<sup>103</sup>. Quanto aos militantes presos em novembro, a polícia, talvez visando a sustar as movimentações dos anarquistas do Bom Retiro, não explorou muito a prisão em flagrante por distribuir material subversivo, mas se manteve atenta às acusações de rapto – possivelmente como forma de construir uma base legal, apoiada até mesmo em artigos do Código Penal, para perseguir e deter os suspeitos de subversão e anarquismo.

A presença anarquista havia, sem dúvida, sido notada em toda parte; não só pela repercussão de suas idéias, que efetivamente conquistaram novos espaços e se afirmaram para além das redações dos jornais libertários, das reuniões dos círculos anarquistas; mas também pela campanha da polícia, com sua vigilância atenta e campanhas repressivas, no que era acompanhado de perto pela grande imprensa. Tal presença, bastante amplificada nas primeiras décadas do século que se avizinhava, parecia ser confundida com um poder de convicção extraordinário por parte dos militantes, com a própria transformação dos trabalhadores:

Como se poderá verificar de seus escritos, os jornais em questão propagam abertamente a doutrina anarquista, em língua sempre acessível aos trabalhadores, *tornando-os verdadeiros e sinceros adeptos do ideal anárquico*.<sup>104</sup>

Ainda que a sugerida transformação dos trabalhadores em “verdadeiros e sinceros adeptos do ideal anárquico” não tenha sido exatamente o resultado dos quarenta anos de propaganda anarquista que separam a fundação dos primeiros jornais libertários no Brasil do envio desse ofício, a eficácia que o delegado de Ordem Social em 1933 atribuiu à imprensa anarquista, de forma específica, e à sua propaganda, de forma mais geral, justificava o medo que essa propaganda despertou ao longo dos anos de atividade. Era precisamente essa eficácia que perseguiam os militantes com a fundação de periódicos desde a década de 1890 e com o esforço de marcar sua presença em casa, na rua, em toda parte.

## RESUMO

---

Este trabalho busca discutir, através de um estudo de caso referente ao suposto rapto de uma menor por militantes anarquistas, a presença pública destes militantes nas próprias ruas de São Paulo e bairros operários, por meio de passeatas, comícios, afixação de cartazes, reuniões, além da conhecida distribuição de jornais, como forma de pensar as estratégias de construção dos espaços de atuação política desses militantes e de divulgação do ideário anarquista entre os trabalhadores residentes na cidade de São Paulo nos anos 1890.

## PALAVRAS-CHAVE

---

São Paulo; anarquismo; trabalhadores.

## ABSTRACT

---

This article aims, by means of the case study of an alleged kidnapping of a minor by anarchists, at highlighting the public presence of anarchist militants on São Paulo streets and workers' neighborhoods, where, besides printing newspapers, they carried out walks and rallies, fastened posters, called for meetings, as strategies of establishing their political procedures and spreading their ideas among workers who lived in São Paulo city in the 1890s.

## KEYWORDS

---

São Paulo city; anarchism; workers.

## NOTAS

---

<sup>1</sup> Claudia Feierabend Baeta Leal é doutora em História Social do Trabalho pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e técnica da Coordenação-Geral de Pesquisa, Documentação e Referência (Copedoc) do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Contato da autora: claudiafbleal@terra.com.br.

<sup>2</sup> *O Amigo do Povo*, n. 27, 30 maio 1903, apud TOLEDO, Edilene. *O Amigo do Povo: grupos de afinidade e a propaganda anarquista em São Paulo nos primeiros anos deste século*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp, 1993, p. 117, grifos meus.

<sup>3</sup> Ver, principalmente, as edições de abril a julho de 1894 dos jornais *O Commercio de São Paulo*, *Correio Paulistano* e *O Estado de S. Paulo*.

<sup>4</sup> "Anarquistas em Buenos Aires", *Correio Paulistano*, n. 11267, 27 maio 1894; sobre Montevideú, ver "Anarquismo", *Correio Paulistano*, n. 11297, 4 jul. 1894.

<sup>5</sup> "Anarquistas", *Correio Paulistano*, n. 11292, 27 jun. 1894.

<sup>6</sup> BELLI, N. *In Brasile*. Florença: Tip. Bini-Santori, 1892, p. 110. Apud TRENTO, Ân-

gelo. *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989, p. 215.

<sup>7</sup> Ofício do Inspetor Geral das Terras e Colonização ao presidente do estado de São Paulo, 13 jul. 1893, Acervo Permanente – Polícia, lata 2757, Arquivo do Estado de São Paulo (Aesp), grifo no original.

<sup>8</sup> Relatório do cônsul italiano em São Paulo, Edoardo Compans de Brichanteau, ao Ministero degli Affari Esteri, São Paulo, 28 mar. 1894, Asmae, Série Polizia Internazionale, b. 47, *apud* FELICI, Isabelle. *Les italiens dans le mouvement anarchiste au Brésil, 1890-1920*. Tese de Doutorado. Études Italiennes, Université de la Sorbonne nouvelle, Paris, 1994, p. 326. Disponível em <[http://raforum.apinc.org/article.php3?id\\_article=661](http://raforum.apinc.org/article.php3?id_article=661)>. Acesso em 20 abr. 2005.

<sup>9</sup> Relatório do cônsul italiano em São Paulo, Edoardo Compans de Brichanteau, ao Ministero degli Affari Esteri, São Paulo, 28 mar. 1894. *Op. cit.*

<sup>10</sup> Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Relatório apresentado ao Vice-Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo dr. Fernando Lobo, Ministro Interino da Justiça e Negócios Interiores em abril de 1893. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. Disponível em <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1899/000002.html>>. Acesso em 15 jan. 2003.

<sup>11</sup> Relatório apresentado ao Vice-Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo dr. Alexandre Cassiano do Nascimento, Ministro Interino da Justiça e Negócios Interiores, em março de 1894. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894. Disponível em <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1882/000002.html>>. Acesso em 15 jan. 2004.

<sup>12</sup> “Infamie” (transcrição do artigo “Anarchistas” publicado pela *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, em 20 nov. 1892) *Gli Schiavi Bianchi*, n. 10, 27 nov. 1892.

<sup>13</sup> “Diarios e folletos secuestrados al anarquista E. Peiré, redactor del periódico anarquista *La Ricossa*”. Buenos Aires: Imprenta y Encuardenacion de la Policia de la Capital, 1894; anexado ao aviso reservado do Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Cassiano do Nascimento, ao chefe de polícia da Capital Federal, 7 fev. 1894, Arquivo Nacional GIF1 6C-5.

<sup>14</sup> Ofício do Chefe de Polícia de São Paulo, Theodoro Dias de Carvalho Júnior, ao Secretário da Justiça do Estado de São Paulo, n. 573, 5 dez. 1892, Acervo permanente – Polícia – lata 2742, Aesp; Requerimento de Giuseppe Zonghetti ao Chefe de Polícia de São Paulo, 12 ago. 1893, Acervo permanente – Polícia – lata 2764, Aesp.

<sup>15</sup> Relatório apresentado ao Secretário da Justiça do Estado de São Paulo pelo Chefe de Polícia Theodoro Dias de Carvalho Júnior, 31 jan. 1895. São Paulo: Espindola, Siqueira & Comp., 1895.

<sup>16</sup> Ambas as folhas foram publicadas em manifestações contrárias às comemorações da data da Unificação Italiana, 20 de setembro.

<sup>17</sup> Ver, por exemplo, HARDMAN, Francisco. *Nem Pátria nem patrão! Memória operária, cultura e literatura no Brasil*. São Paulo: Unesp, 2002; BIONDI, Luigi. *La stampa anarchica in Brasile: 1904-1915*. Tese (Láurea), Università di Studi di Roma “La Sapienza”, 1993-1994; TOLEDO, *O Amigo do Povo: grupos de afinidade...*, op. cit.

<sup>18</sup> *O Protesto*, n. 4, 3 dez. 1899.

<sup>19</sup> Portaria do terceiro delegado de polícia, Luiz Frederico Rangel de Freitas, 11 nov. 1899, anexado ao Inquérito policial, 3ª Delegacia de Polícia, 11 nov. 1899, Acervo permanente – Polícia – C2906, Aesp.

<sup>20</sup> Termo de declarações prestadas por Luigi Damiani, 18 nov. 1899, Inquérito policial, 3ª Delegacia de Polícia, 11 nov. 1899. *Doc. cit.*

<sup>21</sup> Portaria n. 304, do chefe de polícia Bento Bueno, 21 maio 1895, Acervo permanente – Polícia – C2796, Aesp.

<sup>22</sup> O anarquista Emilio Bruschi declarou, na ocasião, que o tenente comandante do posto disse “que não podia proibir nem consentir” (Termo de declarações prestadas por Emilio Bruschi, 18 nov. 1899, Inquérito policial, 3ª Delegacia de Polícia, 11 nov. 1899. *Doc. cit.*).

<sup>23</sup> Declarações prestadas por dona Gabriela de Andrada Dias de Mesquita, 20[22] ago. 1899; declarações prestadas por Teófilo Dias de Andrada Mesquita, 22 ago. 1899, no inquérito policial, 3ª Subdelegacia de Polícia de Santa Efigênia, 20 [22] ago. 1898, (cópia) anexada ao inquérito policial, 3ª Delegacia de Polícia, 11 nov. 1899. *Doc. cit.*

<sup>24</sup> “Caso excepcional”, *O Commercio de São Paulo*, n. 1947, 24 ago. 1899. “Máquinas infernais” era a expressão usada para explosivos.

<sup>25</sup> BATALHA, Cláudio. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 69; PETERSEN, Sílvia. “Proletários e subversivos”, *Nossa História*, ano I, n. 7, maio 2004, p. 61.

<sup>26</sup> PETERSEN, S. “Proletários e subversivos”, op. cit., p. 61.

<sup>27</sup> “1º de Maio”, *Correio Paulistano*, 2 maio 1893.

<sup>28</sup> PETERSEN, S. “Proletários e subversivos”, op. cit., p. 62.

<sup>29</sup> “Anarquismo”, *O Estado de S. Paulo*, 3 maio 1893.

<sup>30</sup> Inquérito policial, 3 maio 1893, Acervo Permanente – Processos policiais – C3223, Aesp.

<sup>31</sup> “Commemorazione delle Comune di Parigi”, *L’Asino Umano*, n. 28, 25 mar. 1894.

<sup>32</sup> “Segurança Pública”, p. 5; “Fotografia Policial”, p. 248-252. Relatório apresentado ao Secretário dos Negócios da Justiça do Estado de São Paulo pelo Chefe de Polícia Theodoro Dias de Carvalho Júnior, 31 jan. 1895. *Op. cit.*

<sup>33</sup> *Ibidem*, p. 5.

<sup>34</sup> “1º de Maio”, *Correio Paulistano*, 1º maio 1894.

- <sup>35</sup> Florentino de Carvalho. “A imprensa anarquista”, *Germinal*, n. 15, 29 jun. 1913.
- <sup>36</sup> *O Amigo do Povo*, n. 27, 30 maio 1903, *apud* TOLEDO, *O Amigo do Povo: grupos de afinidade...*, *op. cit.*, p. 117.
- <sup>37</sup> Os Anarquistas, “XXIV Commemoração da Comuna de Paris” (pôster). São Paulo, 18 mar. 1895, Fundo Max Nettlau, pasta 373, Instituto Internacional de História Social (IISG, Amsterdã); Portaria do chefe de polícia Bento Bueno, 17 mar. 1895, Acervo Permanente – Polícia – C2796, Aesp; “Boletins sediciosos”, *O Estado de S. Paulo*, n. 5981, 17 mar. 1895; Relatório apresentado ao Secretário dos Negócios da Justiça do Estado de São Paulo pelo chefe de polícia Bento Pereira Bueno em 31 de janeiro de 1896. São Paulo: Typ. Espindola, Siqueira & Comp., 1896, p. 10-11.
- <sup>38</sup> “Gli anarchici, XXIV Anniversario della Comune di Parigi – XVIII Marzo 1871”, *L’Avvenire*, n. 10, 17 mar. 1895.
- <sup>39</sup> “Boletins sediciosos”, *O Estado de S. Paulo*, n. 5982, 18 mar. 1895.
- <sup>40</sup> “Boletins sediciosos”, *O Estado de S. Paulo*, n. 5981, 17 mar. 1895.
- <sup>41</sup> “Boletins sediciosos”, *O Estado de S. Paulo*, n. 5982, 18 mar. 1895.
- <sup>42</sup> *Ibidem*; “Registro das ruas”, *O Estado de S. Paulo*, n. 5982, 18 mar. 1895; portaria n. 177 do chefe de polícia de São Paulo, 17 mar. 1895, Acervo Permanente – Polícia – C2796, Aesp.
- <sup>43</sup> “Boletins sediciosos”, *O Estado de S. Paulo*, n. 5982, 18 mar. 1895
- <sup>44</sup> Relatório apresentado ao Secretário dos Negócios da Justiça do Estado de São Paulo pelo chefe de polícia Bento Pereira Bueno, 31 jan. 1896. *Op. cit.* No *Correio Paulistano*, leu-se que os presos não se importavam com as medidas policiais, já que negavam “a autoridade das leis” (*Correio Paulistano*, 18 mar. 1895).
- <sup>45</sup> *Ibidem*, grifos meus.
- <sup>46</sup> O recurso à prisão em flagrante foi apontado pelo chefe de polícia em seu relatório ao Secretário dos Negócios da Justiça como justificativa para as medidas legais a serem tomadas contra os anarquistas: “Por isso determinei que se buscassem as necessárias providências, seguindo-se todos os passos dos sectários, até que pudessem eles ser presos em flagrante, de modo a justificarem as medidas especiais que a respeito tivesse de tomar o poder público” (relatório apresentado ao Secretário dos Negócios da Justiça do Estado de São Paulo pelo chefe de polícia Bento Pereira Bueno, 31 jan. 1896. *Op. cit.*, grifos meus).
- <sup>47</sup> “Ai compagni”, *L’Avvenire*, n. 10, 17 mar. 1895.
- <sup>48</sup> “Al Capo de Polizia – Dichiarazione”, *L’Avvenire*, n. 10, 17 mar. 1895.
- <sup>49</sup> A. Donati. “Recordemos, pois...”, *O Amigo do Povo*, n. 4, 24 maio 1902. Trata-se de um texto em que Donati recupera as agitações dos militantes anarquistas em São Paulo nos primeiros anos da década de 1890.
- <sup>50</sup> Na verdade, no ano anterior, em 1893.

<sup>51</sup> Relatório apresentado ao Secretário dos Negócios da Justiça do Estado de São Paulo pelo chefe de polícia Bento Pereira Bueno, 31 jan. 1896. *Op. cit.*

<sup>52</sup> *Ibidem.*

<sup>53</sup> “Estatística da Seção Fotográfica de 1896”. Acervo permanente – Polícia – C2823, Aesp.

<sup>54</sup> Vale notar as incumbências dos agentes de segurança, arroladas nas “Instruções policiais” organizadas em 1898 pela Secretaria de Polícia de São Paulo a partir de extratos do Decreto n. 437, 20 mar. 1897, e do Decreto n. 494, de 30 out. 1897 (“Instruções policiais”, Secretaria de Polícia do Estado de São Paulo, 26 abr. 1898, Acervo permanente – Polícia – C2884, Aesp).

<sup>55</sup> “Comício Popular” (pôster), São Paulo, 15 set. 1897, fundo Max Nettleau, dossiê Brasil, n. 373, IISG.

<sup>56</sup> “Di Vittoria in vittoria”, *Ribattiamo il Chiodo*, 26 set. 1897, *apud* FELICI, *op. cit.*, p. 102.

<sup>57</sup> FELICI, *op. cit.*, p. 102. Como a festa oficial foi transferida para o dia 27 por causa da chuva, outro número único veio a lume no dia 26 – *Ribattiamo il Chiodo* [Rebatamos no prego]. O sentido dessa expressão “Ribattiamo il chiodo”, para além da tradução literal apresentada acima, é de insistir sobre determinada questão, em determinada direção – no contexto específico, retomar as críticas feitas na semana anterior, no *XX Settembre*. Agradeço a Luigi Biondi pela tradução e explicação.

<sup>58</sup> “Pel 1<sup>a</sup> Maggio”, *Il Risveglio*, n. 9, 6 mar. 1898.

<sup>59</sup> “Il Primo Maggio”. Suplemento do n. 16 de *Il Risveglio*, 1<sup>o</sup> maio 1898, *apud* FELICI, *op. cit.*, p. 105

<sup>60</sup> “A zonzo pela città – Il 1<sup>a</sup> Maggio”, *Il Risveglio*, n. 17, 11 maio 1898; FELICI, *op. cit.*, p. 105.

<sup>61</sup> “A zonzo pela città – Il 1<sup>a</sup> Maggio”, *Il Risveglio*, n. 17, 11 maio 1898; “Cronaca. La commemorazione del Primo Maggio. Il Comizio al Politeama”. *Fanfulla*, n. 1277, 2 maio 1898. *Apud* FELICI, *op. cit.*, p. 105.

<sup>62</sup> “Quadro demonstrativo das diversas ocorrências havidas na Guarda Cívica da Capital desde o mês de julho até dezembro de 1898”. Acervo permanente – Polícia – C2874, Aesp.

<sup>63</sup> “Anarquistas – Diversas prisões” e “Atentado a tiro e a punhal”, *A Noite*, n. 217, 20 set. 1898; *Correio Paulistano*, 21 set. 1898. *Apud* FONSECA, Guido. “O anarquismo e as origens da polícia política em São Paulo”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v. XCIII, 1997, p. 15; Legação da Itália ao MAE, Rio de Janeiro, 22 set. 1898, Asmae, Serie Polizia Internazionale, b. 28. fasc. Moti anarchici in San Paolo, 1898-1899. *Apud* FELICI, *op. cit.*

<sup>64</sup> STANGA, Martino. “Il movimento sociale al Brasile – Rassegna cronologica” Arquivo Ugo Fedeli, pasta 101 – “Movimento sociale al Brasile”, IISG. Isabelle Felici sublinhou que “todas as fontes indicam que os contramanifestantes eram bem pouco

numerosos”, fosse em sua totalidade, fosse nos retardatários que acompanhavam Mattei quando foi atacado pela multidão. FELICI, *op. cit.*, p. 112.

<sup>65</sup> Texto de Benjamim Mota lido por Nicanor Nascimento na Câmara dos Deputados, sessão de 22 maio 1919. “Notas para a história – Violências policiais contra o proletariado – Ontem e hoje”, *A Plebe*, 31 maio 1919. *Apud* PINHEIRO, Paulo e HALL, Michael. *A Classe Operária no Brasil. Documentos (1889-1930)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979, v. I – O Movimento Operário, p. 25; MASTRANTONIO [Alessandro Cerchiai], “Il primo anarchico che ha pagato col proprio sangue il suo amore alla causa nel Brasile”, *Almanaco della rivoluzione*. “Edito a cura del gruppo La Propaganda. S. Paolo (Brasile)”, 1909, p. 75. *Apud* FELICI, I. *Op. cit.*, p. 113.

<sup>66</sup> Texto de Benjamim Mota lido por Nicanor Nascimento na Câmara dos Deputados, sessão 22 maio 1919. “Notas para a história – Violências policiais contra o proletariado – Ontem e hoje”, *A Plebe*, 31 maio 1919. *Op. cit.*, p. 25.

<sup>67</sup> *Ibidem*.

<sup>68</sup> STANGA, Martino. “Il movimento sociale al Brasile – Rassegna cronologica”. *Doc. cit.*

<sup>69</sup> “A zozzo per la città – Il comizio di Domenica”, *Il Risveglio*, n. 40, 8 jan. 1899.

<sup>70</sup> *Ibidem*.

<sup>71</sup> “Avviso”, *Il Risveglio*, n. 46, 14 maio 1899.

<sup>72</sup> FELICI, *op.cit.*, p. 114.

<sup>73</sup> *Correio Paulistano*, 2 maio 1899. *Apud* FONSECA, *op. cit.*, p. 14.

<sup>74</sup> *Ibidem*; FELICI, *op. cit.*, p. 114. Vale lembrar que Angiolillo fora o anarquista que atentou contra o primeiro-ministro espanhol Antonio Canovas del Castillo em agosto de 1897, matando-o com três tiros.

<sup>75</sup> Ver, por exemplo, a descrição das comemorações publicadas por *A Noite* (“XX de Setembro”, *A Noite*, n. 509, 20 set. 1899).

<sup>76</sup> *Ibidem*.

<sup>77</sup> MOTA, Benjamim. “Opiniões – A romaria de ontem”, *A Noite*, n. 510, 21 set. 1899.

<sup>78</sup> Inquérito policial, 3ª Delegacia de Polícia, 11 nov. 1899. *Op. cit.*

<sup>79</sup> Segundo o próprio *O Commercio de São Paulo*, o jornal tivera “extraordinária procura” por ter sido o único a dar a notícia do desaparecimento da menina Gabriela (“Caso excepcional”, *O Commercio de São Paulo*, n. 1948, 25 ago. 1899). Durante a cobertura que deu ao ocorrido, essa folha lançou mão inclusive do recurso de anunciar importantes revelações para a próxima edição: “A polícia já sabe qual era o fim da viagem da menor Gabriela ao Rio de Janeiro e dali à Europa./ Amanhã, sabê-lo-ão os nossos leitores” (*ibidem*). Dava, assim, um tom folhetinesco ao noticiário.

<sup>80</sup> Declarações prestadas por dona Gabriela de Andrada Dias de Mesquita, 20[22] ago. 1899, no inquérito policial, 3ª Subdelegacia de Polícia de Santa Efigênia, 20[22]

ago. 1898, (cópia) anexada ao inquérito policial, 3ª Delegacia de Polícia, 11 nov. 1899. *Doc. cit.*

<sup>81</sup> Tesserini participou, ao lado de Damiani, da comissão que organizou uma manifestação contra a morte de Mattei em 16 de novembro de 1898, junto com A. Canovi e Gigi Damiani (“Per Polinice Mattei – Linciato Il XX Settembre dalla folla incosciente”, *Il Risveglio*, n. 33, 13 nov. 1898. José Sarmiento Marques era colaborador do jornal *Il Risveglio*, chegando mesmo a representá-lo em viagens pelo interior do estado de São Paulo, onde recebia os valores das assinaturas e subscrições e, quando possível, organizava conferências (“Avviso”, *Il Risveglio*, n. 28, 9 out. 1898). Também fundou no Rio de Janeiro o jornal libertário *O Despertar*, em 1898, que circularia de outubro a dezembro desse mesmo ano. Mais tarde participaria da publicação de *O Baluarte* (Rio de Janeiro) e *O Chapelheiro* (São Paulo), órgão da liga a que pertencia. O próprio nome da chapelaria que possuía em 1899 – Chapelaria Libertária – é indicativo de sua simpatia ao anarquismo.

<sup>82</sup> Há apenas uma referência ao envolvimento amoroso da menor Gabriela, sugerido pela vizinha da família Mesquita: Amalia Perlli afirmou que a menina passava os dias na casa de Giacomo Mancini, “para onde ia de manhã, voltando quase sempre à noite”. Por causa desse procedimento da filha, dona Gabriela teria afirmado a Amalia que “desconfiava já de sua seriedade”. (Declarações prestadas por Amália Perlli, 24 ago. 1899, inquérito policial, 3ª Subdelegacia de Polícia de Santa Efigênia, 20[22] ago. 1898, (cópia) anexada ao inquérito policial, 3ª Delegacia de Polícia, 11 nov. 1899. *Doc. cit.*).

<sup>83</sup> Declarações prestadas por Teófilo Dias de Andrada Mesquita, 22 ago. 1899; declarações prestadas por Emilio Colella, 24 ago. 1899, inquérito Policial, 3ª Subdelegacia de polícia de Santa Efigênia, 20[22] ago. 1898, (cópia) anexada ao inquérito policial, 3ª Delegacia de Polícia, 11 nov. 1899. *Doc. cit*

<sup>84</sup> Declarações prestadas por dona Gabriela de Andrada Dias de Mesquita, 20 [22] ago. 1899. *Doc. cit.*

<sup>85</sup> Dona Gabriela acusou seus vizinhos de terem se apropriado de um cofre e “outros trastes” que haviam sido entregues para serem transportados para a rua Veridiana, n. 8, para onde ela declarava estar se mudando. Também afirmou que esses haviam arrombado o cofre e um baú que encontrou na casa deles, onde “existiam jóias de valor na importância mais ou menos de cinco contos de réis, jóias estas que foram roubadas, assim com um faqueiro de prata no valor de um conto e quinhentos mais ou menos, um tinteiro e uma salva de prata no valor de quinhentos mil réis”. Declarações prestadas por dona Gabriela de Andrada Dias de Mesquita, 20[22] ago. 1899. *Doc. cit.*

<sup>86</sup> *Idem.* Benjamim Mota não era “ex-redator do jornal *A Noite*”: o advogado colaborava então com tal periódico, e continuou a publicar artigos em suas colunas depois do incidente envolvendo a menor Gabriela.

<sup>87</sup> “O movimento operário no final do século XIX”. In PINHEIRO e HALL, *op. cit.*, p. 23.

<sup>88</sup> Ver, por exemplo, “Drama do adultério”, *A Noite*, n. 473, 7 ago. 1899; “O General Roca – Carta a Rochard”, *A Noite*, n. 476, 10 ago. 1899; “Opiniões – Aos que pensam”, *A Noite*, n. 496, 7 set. 1899.

<sup>89</sup> “Drama do adultério”, *A Noite*, n. 473, 7 ago. 1899.

<sup>90</sup> Declarações prestas por Benjamim Mota, 24 ago. 1899, inquérito policial, 3ª Subdelegacia de Polícia de Santa Efigênia, 20[22] ago. 1898, (cópia) anexada ao inquérito policial, 3ª Delegacia de Polícia, 11 nov. 1899. *Doc. cit.*

<sup>91</sup> O vizinho de porta de dona Gabriela, Alfredo Perlli, também afirmou saber que “as autoridades que deram busca na casa n. 114 acharam muitos retratos de anarquistas, vários papéis impressos sustentando a propaganda do anarquismo, sendo quase todos pertencentes a dona Gabriela e a sua filha” (declarações prestadas por Alfredo Perlli, 24 ago. 1899, inquérito policial, 3ª Subdelegacia de Polícia de Santa Efigênia, 20[22] ago. 1898, (cópia) anexada ao inquérito policial, 3ª Delegacia de Polícia, 11 nov. 1899. *Doc. cit.*)

<sup>92</sup> Declarações prestadas por Benjamim Mota, 24 ago. 1899. *Doc. cit.*

<sup>93</sup> Declarações prestadas por Teófilo Dias de Andrada Mesquita, 22 ago. 1899. *Doc. cit.*

<sup>94</sup> Declarações prestadas por José Gentil, 24 ago. 1899; declarações prestadas por Emilio Colella, 24 ago. 1899; declarações prestadas por Amália Perlli, 24 ago. 1899; declarações prestadas por Alfredo Perlli, 24 ago. 1899, inquérito policial, 3ª Subdelegacia de Polícia de Santa Efigênia, 20[22] ago. 1898, (cópia) anexada ao inquérito policial, 3ª Delegacia de Polícia, 11 nov. 1899. *Doc. cit.*

<sup>95</sup> Declarações prestadas por Alfredo Perlli, 24 ago. 1899. *Doc. cit.*

<sup>96</sup> “Caso excepcional”, *O Commercio de São Paulo*, n. 1951, 28 ago. 1899.

<sup>97</sup> Declarações prestadas por Emilio Colella, 24 ago. 1899; declarações prestadas por Alfredo Perlli, 24 ago. 1899. *Doc. cit.*; “Caso excepcional”, *O Commercio de São Paulo*, n. 1947, 24 ago. 1899.

<sup>98</sup> “Caso excepcional”, *O Commercio de São Paulo*, n. 1955, 1º set. 1899. No mesmo sentido deve ser entendido o artigo publicado por *A Noite* poucos dias depois, em que Mota defende o estudo do anarquismo para evitar críticas equivocadas à filosofia e seus divulgadores (“Opiniões – Aos que pensam”, *A Noite*, n. 499, 7 set. 1899).

<sup>99</sup> GIUSTI, Luigi. “A conspiração anarquista”, *A Noite*, 1º set. 1899.

<sup>100</sup> GIUSTI, Luigi. “A questão anarquista (Conclusão)”, *A Noite*, 9 set. 1899.

<sup>101</sup> GIUSTI, Luigi. “A questão anarquista II”, *A Noite*, 7 set. 1899.

<sup>102</sup> Ofício do chefe de polícia de São Paulo, A. C. d’Almeida e Silva, ao terceiro subdelegado de Santa Efigênia, Alfredo Ramalho Bellegarde, 4 set. 1899, Acervo permanente – Polícia – C2904, Aesp.

<sup>103</sup> Inquérito policial, 3ª Delegacia de Polícia, 11 nov. 1899, Acervo permanente – Polícia – C2906, Aesp.

<sup>104</sup> Ofício de 9 mar. 1933, do Delegado de Ordem Social ao Chefe do Gabinete de Investigação; Prontuário 2303 – *A Plebe*, Deops/SP – Aesp, grifos meus.